

O demolidor da pátria

Aqui se conta a luta titânica de Fernando Henrique Cardoso contra o Brasil e contra a Petrobrás. FHC despreza até mesmo a memória de seu pai, o general Leônidas Cardoso, um dos combatentes pela criação da Petrobrás. Diz o ditado que quem sai aos seus não degenera. Já FHC não saiu ao pai.

O presidente FHC recebeu uma missão: desmontar o País. A Petrobrás está na sua longa agenda macabra de demolidor do futuro. Acompanhe seus passos antibrasileiros:

1993 O então ministro FHC promoveu corte de 52% no orçamento de 1994 da PETROBRÁS. Isto só não paralisou a empresa porque estourou no Congresso o escândalo do Orçamento, impedindo que se fechasse o orçamento geral da União antes de out/94. Ainda assim, a PETROBRÁS teve retardados diversos projetos em andamento.

Deu às múltis US\$ 3 bi por ano, desde 94

1994 Através do Departamento Nacional de Combustíveis, o ministro FHC promoveu manipulação da estrutura de preços que transferiu, permanentemente, da PETROBRÁS para as multinacionais da distribuição, cerca de US\$ 3 bilhões/ano. Nos 6 meses que antecederam a URV o governo deu dois aumentos por mês aos combustíveis para compensar a desvalorização diária da moeda nacional frente ao dólar. Nesses aumentos, a parcela da PETROBRÁS aumentava abaixo da inflação enquanto a das distribuidoras aumentava acima da inflação. De dezembro/93 a abril de 94 os aumentos foram de: a) inflação 536%; b) parcela da PETROBRÁS 491%; c) distribuidoras 703%. Com a Urverização, os ganhos (das distribuidoras) e as perdas (da Petrobrás) se tornaram permanentes, criando no Brasil a maior margem de distribuição do mundo. Denunciamos isto, numa ampla entrevista, na revista Brasil/Energia e também em vários órgãos de comunicação do país que vêm se negando publicar.

1995 O governo, mais uma vez faltando com o compromisso negociado com a categoria, levou os petroleiros à greve com o firme propósito de destruir o sindicalismo brasileiro. E colocou tropas militares nas refinarias, deixando as distribuidoras de combustíveis e de gás sonegarem os produtos. Há documentos do DNC provando isto.

Quebrou o monopólio, anulou o contrato de gestão

Deflagrou a construção do gasoduto Bolívia-Brasil que vai permitir às empresas do Cartel das 5 irmãs venderem uma massa de 1,1 trilhão de m³ de gás ao único cliente possível, o Brasil (150 bi na Bolívia, 350 bi de m³ em Camisea, Peru, descoberto pela Shell em 1983 e até hoje não explorado e 600 bi de m³ na Argentina, pertencentes à Shell, Enron e British). A PETROBRÁS constrói o duto (economicamente inviável) drenando recursos que poderiam ser aplicados na Bacia de Campos, onde o retorno é acima de 60% ao ano. O gás vai ser usado em termoeletricas. Teremos uma matriz energética mais poluente e estaremos dependentes de energia externa fornecida por um monopólio natural, comandado por multinacionais. Mary Quinn, diretora de investimentos do C.S.F. Boston declarou que não consegue explicar este investimento da PETROBRÁS.

Quebra do monopólio do petróleo com pressões, chantagens e barganhas com o Congresso Nacional.

No governo Itamar, as estatais estratégicas, durante o processo de Revisão Constitucional, enviaram os seus técnicos a Brasília para dar informações sobre os dados significativos das empresas. Isto ajudou a impedir que a Revisão Constitucional se realizasse. No governo FHC os empregados foram proibidos de ir ao Congresso conversar com os parlamentares sob pena de demissão. O Dec. 1403 de fev./95 criou o SIAL - Serviço de Informação e Apoio Legislativo, que foi o grupo de "inteligentia" criado com a missão de verificar a ida dos empregados para fins de demissão.

1996 Anulação do Contrato de Gestão. Na Europa, os governos assinam um Contrato de Gestão com as empresas estatais e estabelecem metas a serem cumpridas por elas. Caso não sejam cumpridas, rolam cabeças de dirigentes. Mas os governos não interferem na gestão das empresas. Por isto elas são eficientes e lucrativas, a ponto de comprarem estatais no exterior, inclusive no Brasil. Aqui as estatais são violentadas pelo governo. É o único caso do planeta Terra, em que o acionista majoritário trabalha contra a sua empresa.

O governo Collor mudou, em dois anos, 6 presidentes e 24 diretores. FHC vem fazendo estrago ainda maior, pois enviou ao Congresso a Lei 9478 que iria regulamentar o setor petróleo após a quebra do monopólio em 1995. A Lei extingue violentamente a Lei 2004 que criou a PETROBRÁS após um dos maiores movimentos cívicos ocorrido no País. A Lei, além de desrespeitar a Constituição em vários artigos, efetiva a quebra do monopólio da União. O artigo 26 é claro: a concessionária que produzir o petróleo torna-se sua proprietária, cabendo à União o monopólio de rocha vazia. O artigo 60 permite a exportação do petróleo. O nosso petróleo que poderia nos suprir por 40 anos, pode ser exaurido em menos de 10 anos. As Cinco Irmãs têm hoje menos de 5% das reservas mundiais. Usarão as nossas. A Lei é um conjunto de artigos que agredem a Constituição e o bom senso.

**Impõe parceiros
parasitas que
nada investem
mas entram
nos lucros**

Impede-a de emitir debêntures para gerar recursos. Enquanto isto a ANP ameaça retomar as áreas que não produzirem em 3 anos da data da Lei 9478.

Seis empresas, quatro delas estrangeiras ocupam o 12º andar do EDISE (duas delas comandaram a privatização da YPF Argentina Merrill Lynch e Gaffney Cline) — para examinar minuciosamente todos os dados da PETROBRÁS. Esta foi uma determinação do BNDES de Mendonça de Barros/Lara Rezende.

Libera importação de equipamentos com isenção de impostos pelas múltis, inviabilizando a competitividade de fabricantes nacionais. Gera emprego no exterior e os extingue no País.

Em plena Copa do Mundo a ANP retira mais 35% das áreas escolhidas pela Petrobrás, restando para ela apenas 7,1% do total.

1997 Corta R\$ 1 bilhão nos investimentos, paralisando projetos de alta estratégia e rentabilidade.

FHC cria a ANP - Agência Nacional do Petróleo e nomeia o seu genro privatista David Zilbersztajn para comandar o processo de engessamento da PETROBRÁS. A ANP tem se mostrado a inimiga nº2 da PETROBRÁS. Atrapalha a empresa, cria fórmulas e dispositivos que a desfavorecem como a portaria nº3 que a impede de se defender da inflação e da correção cambial. Dá 3 anos para a PETROBRÁS pôr em produção os seus campos em águas profundas, enquanto estabelece o prazo de 8 anos para as demais concorrentes. "E dá outras nocivas providências". Obriga a empresa a apelar para parcerias. Os parceiros que nada investiram passam a repartir os lucros. Áreas onde ela investiu pesado, correu todos os riscos e desenvolveu tecnologia, é obrigada agora a dividir os lucros com aquelas empresas que não quiseram correr os riscos. É como se a PETROBRÁS comprasse um bilhete premiado e fosse obrigada a repartir o prêmio, recebendo só a metade do valor da compra do bilhete.

**A ANP retira
mais 35%
das áreas
escolhidas pela
Petrobrás**

1999 O governo corta novamente R\$ 1 bilhão nos investimentos, nova paralisação na empresa. Promove aumento brutal nos impostos da PETROBRÁS.

Alguns aumentaram até 4 vezes, como os royalties. O pior é que sabemos que, se a PETROBRÁS for privatizada, as Cinco Irmãs extinguirão os royalties como fizeram no Mar do Norte, Índia e costa da Califórnia. Alegam que a atividade em águas profundas é dispendiosa e arriscada, conseguindo, dessa forma, a eliminação dos royalties.

FHC faz um decreto delegando ao Conselho de Administração o controle absoluto da PETROBRÁS, modificando dois decretos existentes que davam essas atribuições ao governo. Nomeia um conselho de raposas para isto, entre eles Jayme Rotstein, inimigo confesso da PETROBRÁS, lobista dos usineiros e suplente de senador na chapa derrotada do Roberto Campos; José Pio Borges, com 23 denúncias de improbidade administrativa no BNDES, discípulo de Mendonça de Barros. O presidente do Conselho é o Sr. Rodolfo Tourinho, braço direito de

ACM e membro do PFL, partido que queria incluir no programa de Governo FHC a privatização da PETROBRÁS.

Modifica os estatutos para nomear um sócio do banco American, especialista em intermediar privatizações de estatais para multinacionais. A imoralidade chegou ao paroxismo: Os "acionistas minoritários" BNDESPAR e PETROS (direção nomeada pelo governo) elegem para o Conselho Fiscal o chefe de gabinete do Ministro Tourinho que, por sua vez, é o conselheiro presidente do Conselho de Administração. O subordinado será o fiscal do chefe.

Impede a Petrobrás (BR e Petros) de entrarem no leilão da COMGÁS. É mais uma ingerência ilegal e imoral na empresa.

1998 Corte de um bilhão nos investimentos. Novas paralisações em projetos e atividades importantes. Só a revisão do orçamento promove uma paralisação de três a seis meses na PETROBRÁS. Técnicos das áreas mais cruciais param os seus serviços para analisar e priorizar os cortes. É uma das piores armas de FHC contra a empresa. Projetos de alta rentabilidade vão se tornando inviáveis com as paralisações. Proíbe a empresa de tomar recursos no exterior a juros civilizados,



Associação dos Engenheiros da Petrobrás

Av. Nilo Peçanha, 50 - grupo 2409 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Cep: 20044-900

Tel: (021) 533-1110 - Fax: (021) 533-2134 - e-mail: aepet2@ax.apc.org.br

Editado pela Assessoria de Comunicação Social